



Das vozes fetichizadas ao diálogo intergeracional: desafios da pesquisa com crianças na América Latina

Andrea Szulc

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas / Universidad de Buenos Aires Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, Argentina

<https://orcid.org/0000-0002-2330-6884>

Paūlah Shabel

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas / Universidad de Buenos Aires Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, Argentina

<https://orcid.org/0000-0002-0870-6409>

Introdução

A investigação social sobre as infâncias desenvolveu-se vigorosamente nas últimas décadas na América Latina, a partir do questionamento das perspectivas naturalistas e desenvolvimentistas estabelecidas pela modernidade euro-ocidental, que apresentava a infância como uma fase natural e homogênea do ciclo de vida e “a criança” como objeto passivo e individual (CASTRO, 2001, 2019; SZULC, 2001, 2019). Nesse sentido, vem ganhando força a reconceitualização da infância “como construções históricas plurais, diversas, desiguais, dinâmicas” e das “crianças como pessoas ativas e reflexivas no quadro dos complexos processos e relações sociais de que fazem parte” (SZULC et al., 2023, p. 14, tradução nossa).

Um dos maiores avanços no campo dos estudos sociais sobre a infância foi, então, reconhecer, tornar visível e analisar as formas como as crianças participam ativamente e dão sentido à vida social em cada um dos seus contextos. Assim, podemos encontrar pesquisas cada vez mais valiosas que levam a sério as práticas e expressões das crianças, incluindo-as como interlocutores ativos para a produção da vida social, a investigação e a transformação das nossas formas de interpretar o passado, viver o presente e planejar o futuro.

No entanto, nós partilhamos a preocupação levantada por James (2007) relativamente à forma como a retórica de “dar voz” às crianças vem se espalhando, tornando-se um lugar comum dentro e fora do campo acadêmico, o que em algumas abordagens parece “autonomizar” essas vozes, assumir como se fossem transparentes, atribuindo significados preconcebidos e supostamente universais a tais expressões (SZULC, 2019). Por exemplo, muitas vezes são apresentados fragmentos de expressões infantis sem reconhecer ou problematizar como os adultos interferiram na definição do tema, na formulação das questões, na seleção de quais fragmentos reproduzir e, claro, atribuindo significado a essas “vozes” a partir de seus quadros interpretativos.

A proposta desta seção temática é fazer uma pausa, repensar e aprofundar as polêmicas envolvidas na inclusão dessas “vozes” nas pesquisas realizadas nos campos das ciências sociais e humanas. Neste artigo refletiremos sobre como, a partir de abordagens reificantes e desdenhosas das realidades e perspectivas das crianças, se estabeleceu uma fetichização dessas vozes, o que as separa dos seus contextos e das estruturas sociais de desigualdade em que estão configuradas. A seguir, apresentaremos algumas chaves conceituais para aprofundar o debate sobre essas “vozes” e, por fim, faremos uma breve apresentação dos artigos que compõem a seção temática.

Do silenciamento à fetichização das “vozes” das crianças

Temos assistido a acalorados debates e disputas na esfera pública em torno da infância, em diferentes contextos sociais, pois nas últimas décadas tornou-se uma questão socialmente problematizada, enquanto certas organizações, grupos ou mesmo pessoas estrategicamente colocadas acreditam que “alguma coisa” pode ou deveria ser feita a respeito, promovendo sua incorporação na agenda dos problemas sociais atuais (OSZLAK, 1978). Ao mesmo tempo, a centralidade que os problemas da infância têm vindo a ganhar significou também a consagração do imperativo de “dar voz” às crianças, o que vindo sendo recebido de diferentes formas nos diferentes campos de investigação e intervenção com a infância, como mostram os artigos reunidos nesta seção temática.

No entanto, até pouco tempo, a infância – uma das construções sociais mais naturalizadas pelo senso comum – era apenas uma “característica do discurso paterno (ou talvez apenas materno), a moeda comum dos educadores e a propriedade teórica exclusiva da psicologia do desenvolvimento” (JAMES; PROUT, 1998, p. 3, tradução nossa). Esse modelo hegemônico de infância do Atlântico Norte colocou as crianças no papel de objetos, meras receptoras das ações dos adultos e das suas instituições, sejam benéficas ou prejudiciais (SZULC, 2001), estabelecendo nas mais diversas esferas sociais e regiões do mundo, em sintonia com a expansão europeia, uma reificação das crianças, cujo efeito foi a pouca atenção recebida por suas experiências e perspectivas no campo das ciências sociais. Geralmente, a investigação social excluía a infância da análise ou fazia a sua incorporação como um acréscimo posterior e secundário. Na antropologia, por exemplo, a infância foi durante muito tempo abordada de forma colateral, através de pesquisas sobre socialização, vida familiar e doméstica; textos etnográficos em que as crianças apareciam da mesma forma que o gado aparece no clássico de Edward Evans-Pritchard, *Os Nuer* (1977) [1940]; como condição essencial da vida cotidiana “mas mudos/as e incapazes de nos ensinar algo significativo sobre a sociedade e a cultura” (SCHEPER-HUGHES; SARGENT, 1998, p. 14, tradução nossa), ou seja, *infans* no sentido literal da palavra, sem voz (COROMINAS, 1991).

Em alguns casos, as crianças foram até desumanizadas, sendo excluídas radicalmente do campo do humano, como por exemplo no trabalho de O. W. Richie e M. R. Kollar, discípulos do renomado sociólogo americano Talcott Parsons, onde foi afirmado que “as crianças não devem ser vistas como indivíduos totalmente equipados para participar do complexo mundo adulto, mas como seres que possuem o potencial para serem lentamente colocados em contato com seres humanos” (Richie e Kollar, 1964 em Jenks, 1996, p. 20-21, tradução nossa).

Assim, a temporalidade tornou-se uma dimensão a partir da qual se produziu uma forte desigualdade entre faixas etárias, limitando o humano aos anos da idade adulta. Desde então, “o eu/nós a partir do qual o tempo é medido seria o presente, sempre adulto, enquanto as crianças seriam o futuro e os idosos/as o passado, versões inacabadas e deterioradas do hoje produtivo” (SHABEL, 2024, p. 220, tradução nossa). No referido artigo, a autora citada vai ao encontro dos estudos propostos pelo antropólogo Fabian (1983) e afirma que assim como os povos conquistados pelas potências europeias foram colocados num tempo anterior e primitivo que não lhes permitia tomar decisões sobre o seu presente, assumindo que eram incapazes, a infância foi colocada no futuro, por isso ainda não é capaz e por isso teve que ser subsumida pela idade adulta, que monopolizou o presente;

Embora estas operações negassem às crianças o estatuto de sujeitos sociais, no campo científico elas eram desqualificadas como “informantes” ou interlocutoras de investigação, como acontecia continuamente com os sujeitos feminizados antes da crítica feminista. É uma “hermenêutica da suspeita” que tem desmentido as narrativas infantis através de uma dupla avaliação, situação historicamente partilhada com “os primitivos” e outros grupos marcados pela sua alteridade e subordinação em relação à “civilização urbana ocidental, masculina, branca”, adulta, heterossexual e cristã (SCHEPER-HUGHES; SARGENT, 1998, p. 14, tradução nossa).

Essa tendência começou a se reverter a partir da década de 1990, tanto nos países hegemônicos como em nossa região, nas diferentes ciências sociais e humanas, e em diálogo com o reconhecimento progressivo de crianças e adolescentes como sujeitos de direito, e não como meros objetos de compaixão-repressão (GARCÍA MÉNDEZ,

1993; GUEMUREMAN; GUGLIOTTA, 1998; CARLI, 2006). Na América Latina, é notável como a pesquisa social aumentou tanto em número quanto em relevância analítica, contribuindo para a abordagem das infâncias como construções sócio-históricas plurais, heterogêneas, mutáveis e disputadas¹.

No entanto, notamos que em inúmeras ocasiões, tanto em algumas pesquisas como em diferentes discursos sociais, o que se constrói implica uma certa glorificação e exotização dos dizeres infantis. Glorificação porque alguns de seus depoimentos são destacados como se por si só revelassem uma certa verdade transcendente; e exotização porque esses fragmentos de suas vozes são tomados isolados do complexo meio social e do tempo histórico, pura alteridade “em si”, apresentada como independente de toda representação (BRIONES, 1996, p. 123), privando-os de seu contexto de enunciação e de vida. As vozes jovens são assim fetichizadas, o que significa que se cria a ilusão de que são “algo natural e imutável, embora não passem de uma convenção ou de uma construção social” (TAUSSIG, 2021, p. 30, tradução nossa). Isso significa que o seu processo de produção está velado, dentro das dinâmicas de poder e resistência, bem como os seus efeitos inesperados – positivos e negativos – nas dinâmicas sociais mais amplas das quais participam. Assim, os significados das vozes das meninas e meninos cristalizam-se num par de ideias prefiguradas e definidas de fora, ou seja, determinadas pelos adultos.

Por exemplo, é comum que as produções audiovisuais realizadas no âmbito de campanhas de organizações internacionais dedicadas aos direitos das crianças incluam imagens e vozes de crianças. Contudo, ao cortar tais ditos e tais crianças de seu contexto, suas particularidades são obscurecidas, bem como os processos sociais pelos quais seus direitos foram violados, amplificando uma imagem vaga e despolitizada de “infância pobre”, como analisamos para o caso da campanha realizada pela Unicef Argentina pelos direitos das crianças e adolescentes indígenas (SZULC et al., 2016). Dessa forma, as experiências e perspectivas que as crianças reais podem expressar são banalizadas, utilizadas apenas como elemento decorativo para legitimar as práticas e políticas daqueles que amplificam tais vozes.

Isto coloca as crianças numa posição paradoxal, pois embora, com base nos novos marcos regulatórios vinculados à Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, elas surjam como os sujeitos de direito mais legítimos e prioritários, suas vozes permanecem ausentes no marco da implementação de políticas públicas e de organizações internacionais (LLOBET, 2006; BATALLÁN; CAMPANINI, 2008; SZULC et al., 2016; LIEBEL, 2016).

Este alerta é especialmente relevante na atualidade, visto que propostas políticas de extrema direita avançam em diferentes latitudes invocando a ideia da “criança” como fetiche da cidadania (BERLANT, 2014; EDELMAN, 2014). Aquela criança imaculada e inocente – fruto de um amor familiar heterossexual – que os movimentos conservadores de ontem e de hoje imaginaram é usada como justificativa para reforçar o regime de vigilância e disciplina sobre os adultos, que são chamados a respeitar o status quo e as bons costumes para garantir um crescimento saudável e reto das novas gerações. Embora essa operação de controle tenha funcionado desde a origem dos Estados nacionais (ANASTASÍA GONZÁLEZ, 2019), seu poder aumenta com governos filofascistas que exigem a quietude social para avançar com a desapropriação das pessoas e por

1 As referências são abundantes e impossíveis de serem citadas na íntegra.

isso ostentam a bandeira da proteção das crianças e usam as suas supostas vozes para justificar um retrocesso em termos de direitos e um agravamento da violência policial. O Brasil tomou conhecimento desses procedimentos com a chegada de Bolsonaro ao governo e agora é a triste vez da Argentina. Só para citar um exemplo emblemático, que está acontecendo em nosso país enquanto escrevemos estas linhas, assistimos a um ataque do poder executivo nacional contra a educação pública sob o argumento de que nas escolas e universidades públicas, crianças e jovens são doutrinados com ideias “esquerdistas”, que não conseguem distinguir ou refutar devido à sua condição de seres “inocentes”, pessoas em desenvolvimento. Por trás desse apelo para proteger as crianças do “comunismo” que arruína as suas mentes, esconde-se uma política neoliberal de desfinanciamento educacional, bem como um apelo à privatização das vidas das novas gerações, que passam a ser consideradas propriedade privada dos adultos de suas famílias.

Notamos então uma enganosa “celebração” das “vozes de meninos e meninas” que, no entanto, estão longe de assumir as implicações das suas propostas, mas são incluídas num sentido ornamental, como pode ser visto em diferentes campanhas políticas, programas distritais, instituições de saúde, escolas e no domínio da administração judicial. Por trás do aparente protagonismo infantil, esconde-se uma redobrada objetivação das crianças, como já afirmamos (SZULC et al., 2023) e como desenvolveremos a seguir.

Notas necessárias para ir mais fundo

Em sintonia com a extensão do mandato de “dar voz” às crianças, foram publicados trabalhos interessantes que questionam o fetiche da fala infantil para abrir espaço aos desafios políticos, éticos e metodológicos da construção de um diálogo intergeracional. Embora não possamos dar conta aqui de todas essas pesquisas, gostaríamos de apresentar algumas das principais chaves que alimentam formas novas e mais profundas de atender a essas vozes.

Começaremos destacando as contribuições de Lugones (2012) e Ribeiro (2015), que vêm nos convidando a problematizar o bom senso ou vulgata estabelecida a partir da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, que traduz frequentemente o chamado “direito à participação” simplesmente como “dar-lhes voz” e deixar arquivadas as suas opiniões, necessidades e desejos no momento de tomar decisões que afetam diretamente as suas vidas. Da mesma forma, a investigação sobre a participação política das crianças desenvolveu um quadro conceptual que permite estudar as formas como as crianças disputam recursos e significados em meios sociais adultocêntricos, formando alianças com determinadas pessoas adultas e confrontando outras (LIEBEL, 2016; GOBBI; ANJOS; PITO, 2020; MAGISTRIS; MORALES, 2021; SHABEL et al., 2023). Esses trabalhos, realizados em organizações e movimentos sociais, questionam a própria categoria da infância que, longe de permanecer no espaço privado, participa de conflitos políticos e econômicos e aí forja vozes, sempre em interlocuções marcadas por relações de poder.

Nessa direção, diversas pesquisadoras da América Latina chamam a atenção para uma das derivas da citada tendência à fetichização das vozes infantis, que frequentemente está ligada ao conceito de “culturas infantis”. Apontando a descontextualização e o isolacionismo com que muitas vezes são abordadas tais “culturas”, desde o chamado “sul global” temos alertado para a essencialização e exotização que esse tipo de

abordagem acarreta (SZULC, 2004; COHN, 2005; HECHT, 2010; GARCÍA PALACIOS; HORN; CASTORINA, 2015; QUECHA REYNA 2015), ancorada no pressuposto errôneo de um ponto de vista universal e homogêneo das crianças, separado das especificidades socioculturais e históricas, através do qual as crianças são isoladas dos adultos, e do mundo social que nós compartilhamos. Tal como em outros textos temos proposto, as vozes das crianças não formam uníssono, nem sempre compõem harmonias, uma vez que múltiplos registros etnográficos revelam como produzem interpretações diversas e estão envolvidas de diferentes formas nos processos sociais e na produção cultural. É por essa razão que uma das reflexões que aqui partilhamos indica que não é possível nem desejável analisar separadamente o “ponto de vista dos meninos e das meninas”, porque não constitui um bloco homogêneo ou bem definido, nem é produzido isoladamente de outros pontos de vista (SZULC, 2019).

Também contribuiu para a nossa discussão o trabalho de Komulainen, que apontou, por um lado, a dimensão moral do imperativo de atender às “vozes de meninos e meninas” (2007, p. 13, tradução nossa). Ao mesmo tempo, chamou a atenção a frequência com que o conceito de “voz” é entendido como uma propriedade mental relativamente simples, direta, verbal e racional do indivíduo, noção que invisibiliza as ambiguidades envolvidas na comunicação humana, que são “o resultado do caráter social das interações, discursos e práticas humanas” (KOMULAINEN, 2007, p.13). Por sua vez, Sarcinelli (2015) propôs como as noções abstratas e universalizantes sobre “a criança” e “o pesquisador” também devem ser repensadas, para não continuar a reproduzir abordagens pré-concebidas e padronizadas sobre “vozes infantis”, que deixam nas sombras as práticas e as vozes de suas famílias, professores, vizinhos e o contexto específico em que vivem certas crianças (SARCINELLI, 2015, p.5, tradução nossa).

Por sua vez, pesquisas vinculadas ao campo da psicologia do conhecimento têm mostrado que as crianças nunca copiam os significados que os adultos dão ao mundo, mas também não constroem significados separados deles (CASTRO, 2007; GARCÍA PALACIOS, 2018; SHABEL, 2019). Como demonstram estas autoras, os significados que damos ao que conhecemos estão em constante evolução em termos individuais e sociais e são afetados por histórias passadas, presentes e futuras, o que torna cada cenário uma possibilidade múltipla em construções cognitivas, embora nunca infinita ou aleatória. O interessante desses estudos é que fica evidente que os significados se transformam ao longo da vida em uma troca constante com os contextos em que nos encontramos, o que descarta a ideia de que a infância é um mero recipiente de significados sociais e que a idade adulta é uma idade em que esses sentidos são estáveis e definitivos. Isso dá um forte impulso à perspectiva intergeracional que consideramos tão necessária para analisar qualquer processo social.

Continuando com as abordagens epistemológicas sobre as vozes das crianças, encontramos valiosas contribuições dos estudos feministas, que têm conseguido questionar o viés androcêntrico da produção científica e do conhecimento em geral que circula nas sociedades ocidentais (HARAWAY, 1988). Os binómios desenvolvidos para sustentar esta desigualdade de género – masculino/mente/racional versus feminino/corpo/emocional – também são úteis para estudar a desigualdade geracional, uma vez que a infância foi colocada no lugar da emocionalidade que ainda não tem raciocínio. O conceito de injustiça epistêmica, desenvolvido por Fricker (2007), é uma ferramenta útil para desarmar a violência involuntária que ocorre ao atribuir valor (ou não) a determinados testemunhos, bem como ao produzir interpretações de eventos que podem ser mais ou menos informadas dependendo da posição social da pessoa que deve dar sentido à

sua própria experiência. A epistemologia feminista questionou radicalmente as vozes públicas, sempre masculinas ou masculinizadas, nas quais nos baseamos para fazer avançar a abordagem anti-adultocêntrica e anti-autoritária das vozes das crianças.

Essas linhas de investigação levam-nos à beira de um precipício para o humanismo moderno – profundamente adultocêntrico –, que é o questionamento da categoria de desenvolvimento (CASTRO, 2001, 2019; SHABEL, 2024). Os estudos pós-coloniais da infância apontaram para essa questão que, de mãos dadas com a noção de progresso, formou uma hierarquia epistemológica que separa os grupos humanos que têm o dom da razão, europeus, brancos, adultos, e aqueles que não o têm, povos colonizados, dissidência sexual, infâncias: “Como argumentou Ashis Nandy há algum tempo, o colonialismo e a infância estão inseparavelmente ligados para interpretar a vida humana como uma trajetória que leva à aperfeiçoabilidade crescente e infinita” (NIEUWENHUYS, 2013, p. 5). Em conversa com Spivak (2003), esta seção temática aborda a questão de saber se as crianças podem falar, como sujeitos subalternizados, e de que forma essas vozes se tornam audíveis e desejáveis para nós.

A teoria queer/cuir também deu uma grande contribuição ao criticar o desenvolvimento como uma melhoria ao longo do tempo cujo resultado é prefigurado (LOVE, 2007). Esses estudos nos fornecem novas conceitualizações para estudar as vozes das crianças e seus processos de composição, ao mesmo tempo em que revelam os mecanismos temporais que produzem a desigualdade etária – como mencionamos anteriormente – e apontam o silenciamento que ocorreu em relação às infâncias que não e não cumprem a à esperada teleologia linear do desenvolvimento cis-heterossexual e capacitista (STOCKTON, 2009; FLORES, 2021). Dessa forma, mais do que dizer que hoje as crianças são sujeitos sociais competentes para testemunhar, ser informantes ou produzir declarações com valor de verdade nos seus grupos sociais, trata-se de assumir que ninguém é completamente objetivo, que toda a verdade é real e ao mesmo tempo parcial e que nenhuma identidade ou significado é definitivo no ciclo de vida das pessoas, porque todos os momentos são etapas que mais tarde serão seguidas por outras diferentes, o que possibilitará que vejamos as coisas de formas diferentes. Isso é o que nos permite afastar das posições que consideram que as vozes oprimidas devem ser mais puras (porque não estão contaminadas pelo opressor) e assumir uma busca científica pela interferência constante que é a convivência com os outros, compondo assim uma voz própria.

Levantamos, então, a importância crucial de aprofundar o debate, perguntando-nos não só o que dizem as crianças, mas também quais crianças, onde, em que contexto, como, para quem e a partir de que perspectiva tais dizeres são interpretados. Assim, as reflexões críticas que aqui apresentamos buscam contribuir para o aprofundamento das democracias da América Latina, para a efetivação do tão proclamado respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes, discutindo a reificação que diferentes portavozes da direita mais conservadora vêm promovendo, como o atual presidente da Argentina, que faz uns anos propôs que as crianças pudessem ser vendidas e compradas livremente, como se fossem apenas mais uma mercadoria².

Tendo explorado esse campo de discussão e contribuído com reflexões de diferentes perspectivas para alimentar o debate, oferecemos a seguir uma breve apresentação dos artigos que compõem a seção temática, que não apenas documentam as vozes de

2 <https://www.pagina12.com.ar/599276-mercado-libre-de-bebes-la-propuesta-de-milei-que-refloto-en-27/05/2024>

crianças em áreas e latitudes muito diferentes, mas também proporcionam reflexões sobre como tais vozes são criadas e transformadas, como são interpretadas, recuperadas ou descartadas e o que é socialmente produzido a partir daí.

Coordenadas para navegar nesta seção temática

A convocatória para esta seção temática foi lançada em meados de 2023 e teve um impacto surpreendente. Recebemos inúmeras e interessantes propostas, oito das quais publicamos e apresentamos aqui, após avaliação duplamente cega por pares, selecionadas por responderem ao convite que nos fizemos para discutir a questão das vozes das crianças e refletir sobre as diferentes controvérsias que esta suscita. Os textos aqui publicados também apresentam realidades muito diversas de diferentes regiões e países da América Latina como Bolívia, Nicarágua, Brasil, Uruguai, Colômbia, Peru, Argentina e México. Da mesma forma, oferecem uma pluralidade de perspectivas, sendo elaborados por profissionais de diversas disciplinas sociais e humanas, como antropologia, sociologia, serviço social, educação, psicologia e aprofundando-se em diferentes áreas da vida social infantil, como tribunais, centros de saúde, organizações políticas, escolas.

Para começar, a seção temática inclui três artigos que mergulham em uma busca epistemológica, onde as investigações das vozes infantis são uma questão sobre a produção de conhecimento. Primeiramente, apresentamos um artigo elaborado por Manfred Liebel e Marta Martínez Muñoz, intitulado: *Meninas e meninos pesquisadores na América Latina: questionando a pesquisa acadêmica*, em que nos desafiam a problematizar que lugar ocupam as crianças e os adultos nas pesquisas dedicadas à infância. Apresentam uma discussão instigante sobre as potencialidades e limitações das diferentes formas de pesquisa entre gerações nos trabalhos implantados em termos de pesquisas participativas focadas em crianças, nas quais, no entanto, a posição privilegiada dos adultos geralmente permanece inalterada. Portanto, com base em diferentes pesquisas, realizadas em vários países latino-americanos, como Nicarágua, Bolívia, Colômbia e Peru, defendem fortemente o pleno reconhecimento das crianças como condutores de suas próprias pesquisas, e oferecem alguns aprendizados sobre como os adultos podem acompanhar e apoiar a sua prática de investigação. Assim, este artigo fornece chaves relevantes para aprofundar a discussão sobre os significados da pesquisa científica e desestabilizar o seu monopólio adulto.

O segundo artigo, escrito por Ana Paula Pereira Gomes e Daniela Finco, intitulado *Voices das crianças em contexto de violência testemunhal: desafios para uma escuta ética*, questiona a categoria da verdade quando envolve a voz da criança. Apoiadas numa perspectiva epistemológica feminista, as autoras abordam uma questão crucial para este dossiê, que é o problema da violência testemunhal sofrida por crianças, ainda hoje consideradas pelos agentes do Estado como testemunhas demasiado falíveis. A partir de entrevistas com profissionais que acompanham casos de violência de gênero em São Paulo, Brasil, este artigo revela a profunda desigualdade epistemológica representada pelo paradigma de desenvolvimento em que se baseia a legislação vigente, que não considera as crianças capazes de produzir verdades ou de compreender – ou sofrer – a dolorosa realidade de seu pai batendo em sua mãe. Afortunadamente, as autoras deixam neste texto pistas valiosas para configurar a escuta ética a partir de uma prática educativa que garanta à infância uma vida digna em suas dimensões.

O terceiro artigo da seção temática, intitulado *Construindo campos de interlocução: uma oficina de antropologia como dispositivo metodológico para pesquisas com meninos e meninas*, é do autor Leandro Piñeyro. Neste texto, produzido no Uruguai, temos a problematização da categoria de conhecimento; dos últimos anos de uma escola primária no centro de Montevideu, Piñeyro nos traz uma oficina de antropologia para aprender sobre o mundo em chave intergeracional. Nela, a atividade pedagógica se justapõe à construção de dados etnográficos a partir da valorização da diferença, que hiperboliza a alteridade etária para dar conta da multiplicidade que coexiste em cada realidade escolar. Ao mesmo tempo, o significado da experiência escolar é multiplicado através da investigação de outras realidades, produzindo um sugestivo plano de reflexividade coletiva entre as crianças e com o professor.

Os artigos que apresentamos a seguir centram-se no que acontece com as vozes das crianças no campo da saúde, onde em muitos casos o silenciamento imposto pelo modelo médico hegemônico (MENÉNDEZ, 1988) a cada “paciente” aparece dobrado para as infâncias (COLANGELO, 2018). María Soledad Apaz, em seu artigo intitulado *A inclusão da perspectiva geracional na saúde: co-construir saúde com as infâncias no território*, traz reflexões valiosas a partir de sua prática como assistente social em uma instituição de saúde localizada em um bairro popular da cidade da Neuquén, na região da Patagônia, na Argentina. O trabalho mostra como, apesar da prioridade e da escuta que é prometida às crianças a partir do paradigma da proteção integral, persistem no cotidiano hospitalar mecanismos adultocêntricos pelos quais são produzidos diagnósticos estigmatizantes, enquanto as crianças são privadas de participar das decisões sobre sua saúde. Pelo contrário, a autora, em parceria com outros profissionais, promove a criação de espaços em que as crianças possam se expressar em voz alta sobre os seus processos de saúde-doença-cuidado e, a partir do que aí está registrado, revela a urgência da necessidade e o poder de uma perspectiva geracional antiadultista no campo da saúde.

Também com foco no campo da saúde, o artigo de Maira Querejeta, Ana Laguens e María Justina Romanazzi, intitulado *Expressões artísticas de meninos e meninas sobre a covid-19: avanços, obstáculos e desafios de um estudo argentino*, ousa interferir num tema em que a infância não só foi silenciada, mas a sua ligação foi condenada como prejudicial e moralmente repreensível: o universo da doença e da morte. Com um desdobramento metodológico que busca superar as restrições da pandemia, a pesquisa compila desenhos e histórias fantásticas de crianças do nível inicial e primário da Grande La Plata, Argentina, com as quais a covid-19 adquire uma materialidade apreensível para todas as gerações. Assim, este trabalho tanto desfragmenta a experiência da pandemia quanto expõe reflexivamente as dificuldades e limitações que se apresentaram ao investigar num contexto tão complexo.

Os três textos seguintes questionam as vozes das crianças nos processos de participação em diferentes ambientes de formação, tanto escolas oficiais como espaços de formação enquadrados em organizações populares. O artigo de Lucía Rodríguez Bustamante, *Desafios no estudo etnográfico dos processos participativos na infância: vozes e jogos*, analisa etnograficamente a interessante dinâmica dos conselhos escolares em uma escola primária da cidade de Buenos Aires, Argentina, a partir do encontro entre crianças e adultos que, através de suas abordagens e ações cotidianas, disputam os significados do brincar, da recreação e das normas, ao mesmo tempo em que configuram um cenário de participação pública onde se confrontam tendências de burocratização e democratização que atravessam os grupos de idade. Contra as leituras lineares das lógicas adultocêntricas nas instituições escolares, a criatividade lúdica apresentada pelas novas gerações como instrumento de negociação torna-se um compromisso com uma nova noção de o comum para alunos e professores.

Apresentamos também o texto de Isabel Cristina Gonzaga de Oliveira Huhn e Monique Aparecida Voltarelli, *As vozes das crianças em um projeto participativo: desafios e contradições na escuta*, que analisa a participação de crianças de 5 anos em um programa escolar no Distrito Federal do Brasil. O Projeto Plenarinha assume o desafio de invocar as vozes de quem geralmente não se espera nada além de balbucios. A partir das dinâmicas artísticas em geral e das dinâmicas musicais em particular, o texto expõe de forma sugestiva as tensões geradas pelo desejo de desadultizar uma instituição fundada numa lógica que foi feita para não considerar as vozes das crianças, mas que se reinventa quando entra em diálogo direto com aquela alteridade geracional desde a sua diferença, mas em pé de igualdade.

Para encerrar esta seção temática, apresentamos um texto do México, intitulado *Participação política feminista de meninas, adolescentes e jovens em Chiapas*. Seus autores, Lizzet Guadalupe López Guillén, Sarai Miranda López Guillén e Eliud Torres Velázquez, retratam e analisam as estratégias de participação política feminista e como se desenrola a agência de meninas e adolescentes indígenas de 9 a 17 anos, que fizeram parte de duas escolas feministas decoloniais na cidade de San Cristóbal de Las Casas, Chiapas. Os interessantes resultados apresentados permitem-nos perceber como, nestes espaços de formação, estas meninas e adolescentes têm encontrado apoio coletivo para tornar visíveis as diferentes violências que vivenciam, a partir dos quais têm vindo a construir uma perspectiva crítica e também a inspirar outras pessoas a transformar as suas realidades.

Tendo por base essa riqueza de abordagens, convidamos a todos para visitar esta seção temática, na qual as vozes das crianças se fazem ouvir alta e claramente, sempre bem ancoradas em seus diferentes territórios e contextos socioculturais, enquanto se desenvolvem discussões e propostas valiosas para sua abordagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANASTASÍA GONZÁLEZ, P. Apuntes generales sobre ciudadanía, infancia, sexualidad y políticas sentimentales: «¿Alguien por favor quiere pensar en los niños?». In: BORJA, A.; ANASTASÍA, P. (comp.). **Prácticas teóricas 3: el lugar de los afectos**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2019. p. 43-62.
- BATALLÁN, G. y CAMPANINI, S. La participación política de niñ@s adolescentes. Contribución al debate sobre la democratización de la escuela. **Cuadernos de Antropología Social**, (1), 85-106, 2008.
- BERLANT, L. **El corazón de la nación**. México: FCE, 2014.
- BRIONES, C. Culturas, identidades y fronteras: Una mirada desde las producciones del cuarto mundo. **Revista de Ciencias Sociales**, Universidad Nacional de Quilmes, v.5, p. 121-133, 1996.
- CARLI, S. Notas para pensar la infancia en la Argentina (1983-2001): figuras de la historia reciente. In: CARLI, S. (comp.). **La cuestión de la infancia: entre la escuela, la calle y el shopping**. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- CASTRO, L. R. Una teoría de la infancia en la contemporaneidad. In: CASTRO, L. R. (org.). **Infancia y adolescencia en la cultura del consumo**. Buenos Aires – Ciudad de México: Editorial Lumen-Humanitas, 2001. p. 21-54.
- CASTRO, L. R. A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. **Psicologia Política**, n. 14, p. 1-19, 2007.
- CASTRO, L. R. Why global? Children and Childhood from a decolonial Perspective. **Childhood**, v. 27, n. 1, p. 48-62, 2019.
- COHN, C. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- COLANGELO, M. A. Sentidos y prácticas sobre el cuidado infantil en ámbitos estatales de atención de la salud en el partido de La Plata, Argentina. In: FONSECA, C.; MEDAETS, C.; RIBEIRO, F. (orgs.). **Pesquisas sobre família e infância no mundo contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2018. p. 197-214.
- COROMINAS, J. **Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico**. Madrid: Gredos, 1991.
- EDELMAN, L. **No al futuro: la teoría queer y la pulsión de muerte**. Madrid: Egales, 2014.
- EVANS- PRITCHARD, E. **Los nuer**. Barcelona: Anagrama, 1977 [1940].
- FABIAN, J. **Time and the other: how anthropology makes its object**. New York: Columbia University Press, 1983.
- FLORES, V. **Romper el corazón del mundo: modos fugitivos de hacer teoría**. La libre editora y Con tinta me tienes, 2021.
- FRICKER, M. **Epistemic injustice: power and the ethics of knowing**. Oxford: OUP, 2007.
- GARCÍA MÉNDEZ, E. **Infancia y ciudadanía en América Latina**. Córdoba: Marcos Lerner Editora, 1993.
- GARCÍA PALACIOS, M.; HORN, A.; CASTORINA, A. Social practices, culture and children's ideas. Convergence between anthropology and critical genetic psychology/ Prácticas sociales, cultura e ideas infantiles. Una convergencia entre la antropología y la psicología genética crítica. **Estudios de Psicología/Studies in Psychology**, London, v. 36, n. 2, p. 211-239, 2015.

- GARCÍA PALACIOS, M. La escuela (católica) cotidiana: una aproximación etnográfica a las experiencias formativas escolares de los niños y niñas de un barrio toba/qom de Buenos Aires. **Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano**, n. 27, p. 61-79, 2018.
- GOBBI, M. A.; ANJOS, C. I.; y PITO, J. Sediciosas formas de vivir: crianças, arte e cozinha na luta pelo direito à moradia. **Revista Práxis Educacional**, v.16, n. 40, p. 184-208, 2020.
- GUEMUREMAN, S.; GUGLIOTTA A. Aportes para una reflexión acerca de la violencia perpetrada sobre los niños, niñas y adolescentes. In: Izaguirre, I. (coord. e comp.), **Violencia social y derechos humanos**. Buenos Aires: Eudeba, 1998. p. 48-68.
- HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, n. 3, p. 575-599, 1988.
- HECHT, A. C. **Todavía no se hallaron hablar en idioma**: procesos de socialización lingüística de los niños en el barrio toba de Derqui (Argentina). Munich: Academic Publications, 2010.
- JAMES, A. Giving voice to children's voices: Practices and problems, pitfalls and potentials. **American Anthropologist**, New Jersey, v. 109, n. 2, p. 261-272, 2007.
- JAMES, A.; PROUT, A. **Theotizing Childhood**. Cambridge: Polity press, 1998.
- JENKS, C. **Childhood**. Londres: Routledge, 1996.
- KOMULAINEN, S. The ambiguity of the child's 'voice' in social research. **Childhood**, v. 14, n. 1, p. 11-28, 2007.
- LIEBEL, M. ¿Niños sin Niñez? Contra la conquista poscolonial de las infancias del Sur global. **Millcayac-Revista Digital de Ciencias Sociales**, n. 5, p. 245-272, 2016.
- LLOBET, V. Las políticas sociales para la infancia vulnerable. Algunas reflexiones desde la Psicología. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 4 (1), pp.3-27, 2006.
- LOVE, H. **Feeling backward**: loss and the politics of queer history. Cambridge & London: Harvard University Press, 2007.
- LUGONES, M. **Obrando en autos, obrando en vidas** – formas y fórmulas de protección judicial en los tribunales prevencionales de menores de Córdoba, Argentina, a comienzos del siglo XXI. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.
- MAGISTRIS, G.; MORALES, S. **Educación hasta la ternura siempre**: del adultocentrismo al protagonismo de las niñeces. Buenos Aires: Chirimbote y Ternura Revelde, 2021.
- MENÉNDEZ, E. Modelo Médico Hegemónico y Atención Primaria. **Segundas Jornadas de Atención Primaria de la Salud**. 30 de abril al 7 de mayo. Buenos Aires: CONAMER, pp. 451- 464, 1988.
- NIEUWENHUYIS, O. Theorizing childhood(s): why we need postcolonial perspectives. **Childhood**, n. 20, p. 3-8, 2013.
- OSZLAK, O. Formación del Estado en América Latina. Elementos teórico-metodológicos para su estudio". **Estudios Cedes**, Buenos Aires, v. 1, n. 3, 1978.
- QUECHA REYNA, C. Niñas cuidadoras en contextos migratorios: El caso de las poblaciones afrodescendientes en la Costa Chica de Oaxaca. **Cuicuilco**. v.2 2, n. 64, p.155-175, 2015.
- RIBEIRO, F. B. "Os cabelos de Jennifer: por etnografias da participação de "crianças e adolescentes" em contextos da "proteção à infância". **Política & Trabalho**: Revista de Ciências Sociais, n. 43, p. 49-64, 2015.

SARCINELLI, A. S. Réflexions épistémologiques sur l'ethnographie de l'enfance au prisme des rapports d'âge. **AnthropoChildren**, n. 5, p. 1-21, 2015.

SCHEPER-HUGHES, N.; SARGENT C. **Small wars: the cultural politics of childhood**. Londres: University of California Press, 1998.

SHABEL, P. "Porque nos daba bronca": las emociones en la acción política de niños/as en una casa tomada. **Revista de Antropología Social de la Universidad Complutense**, n. 28, p. 117-135, 2019.

SHABEL, P. Intergenerational present. Unexpected proximity against the adultist temporality, **TABOO: the journal of culture and education**, nº 22, p. 214-226, 2024.

SHABEL, P. et al. Participación e infancias: formas de hacer y disputar poder en contextos adultocéntricos. In: SZULC, A. et al. (coord.) **Niñez plural: desafíos para repensar las infancias contemporáneas**. Buenos Aires: El colectivo, 2023.

SPIVAK, G. C. ¿Puede hablar el subalterno? **Revista Colombiana de Antropología**, n. 39, p. 297-364, 2003

STOCKTON, K. B. **The queer child, or growing sideways in the twentieth century**. Durham: Duke University Press, 2009.

SZULC, A. "Que trabaje no quiere decir que no sea chico" Niñez y Trabajo desde una perspectiva antropológica. Tesis de licenciatura de Ciencias Antropológicas, **Facultad de Filosofía y Letras**, Universidad de Buenos Aires, 2001.

SZULC, A. La antropología frente a los niños: de la omisión a las culturas infantiles. **Congreso Argentino de Antropología Social**, 7, Villa Giardino, Córdoba, Universidad Nacional de Córdoba, 2004. CD-ROM.

SZULC, A. et al. Al rescate de la niñez indígena. Reflexiones antropológicas a partir de una campaña de UNICEF Argentina. **Revista Política y Sociedad**, v. 53 n.1, p. 123-142, 2016.

SZULC, A. Más allá de la agencia y las culturas infantiles: Reflexiones a partir de una investigación etnográfica con niños y niñas mapuche. **Runa: Archivo para las Ciencias**, n. 40, v. 1, p. 53-64, 2019.

SZULC, A. et al. Infancias, alteridades, historicidad y agencia. Claves conceptuales desde las ciencias sociales. In: SZULC, A. et al. (coord.). **Niñez plural**. Desafíos para repensar las infancias contemporáneas. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2023.

TAUSSIG, M. **El diablo y el fetichismo de la mercancía en Sudamérica**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2021.

Resumen La investigación social sobre las infancias se ha desarrollado vigorosamente en las últimas décadas en América Latina y ha avanzado en reconocer, visibilizar y analizar los modos en que les niños participan activamente y hacen sentido de la vida social en cada uno de sus contextos. Sin embargo, “dar voz” a los niños se ha tornado un imperativo que muchas veces obtura la reflexión más profunda sobre la complejidad que ello conlleva, produciendo una fetichización que desprende dichas voces de sus contextos y de las estructuras sociales de desigualdad en que se configuran. A continuación, desplegaremos algunas claves conceptuales para profundizar el debate sobre estas “voces” a partir de las aportaciones de la antropología, la epistemología, los feminismos, las teorías decoloniales y queer/cuir, que se congregan en un análisis urgente frente al avance de las derechas regionales. Por último, presentaremos brevemente los artículos que integran la sección temática.

Palabras clave: infancias, voces, fetichización, contextualización, diálogo intergeneracional

**Das vozes fetichizadas ao diálogo intergeracional:
desafios da pesquisa com crianças na América Latina**

Resumo A investigação social sobre a infância desenvolveu-se vigorosamente nas últimas décadas na América Latina e registou progressos no reconhecimento, na visibilidade e na análise das formas como as crianças participam ativamente e dão sentido à vida social em cada um dos seus contextos. No entanto, “dar voz” às crianças tornou-se um imperativo que muitas vezes bloqueia a reflexão mais profunda sobre a complexidade que isso implica, produzindo uma fetichização que separa essas vozes dos seus contextos e das estruturas sociais de desigualdade em que se inserem. Aqui desdobramos algumas chaves conceituais para aprofundar o debate sobre essas vozes a partir das contribuições da antropologia, epistemologia, feminismos, teorias decoloniais e queer/cuir, que se unem em uma análise urgente diante do avanço das direitas regionais. Por fim, apresentamos brevemente os artigos que compõem a seção temática.

Palavras-chave: infâncias, vozes, fetichização, contextualização, diálogo intergeracional.

**From fetishized voices to intergenerational dialogue:
Challenges of research with children in Latin America**

Abstract Social research on childhood has developed vigorously in recent decades in Latin America and has made progress in recognizing, making visible and analyzing the ways in which children actively participate and make sense of social life in each of their contexts. However, “giving a voice” to children has become an imperative that often blocks the most profound reflection on the complexity that this entails, producing a fetishization that detaches such voices from their contexts and the social structures of inequality in which they exist. Below we will deploy some conceptual keys to deepen the debate on these “voices” based on the contributions of anthropology, epistemology, feminisms, decolonial and queer/queer theories, which come together in an urgent analysis in the face of the advance of regional rights. Finally, we will briefly present the articles that make up the thematic section.

Keywords: childhoods, voices, fetishization, contextualization, intergenerational dialogue.

DATA DE RECEPÇÃO: 22/04/24

DATA DE APROVAÇÃO: 06/05/2024



Andrea Szulc

Doutora em Antropologia pela Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina. Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas, no Instituto de Ciências Antropológicas da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Diretora da Equipe Infância Plural.

E-mail: andrea.szulc@gmail.com



Paūlah Shabel

Paūlah Nurit Shabel. Doutorada e licenciada em Antropologia pela Universidade de Buenos Aires (UBA) e mestre em Psicologia do Conhecimento pela FLACSO. Investigadora do CONICET, professora na universidade, na escola e no bairro, e ativista anti-adultista na Aula Vereda.

E-mail: paulashabel@gmail.com